

# Je

Jornal do  
Engenheiro

## CNTU reforça luta contra corte de benefícios sociais

Ato em São Paulo no dia 28 de janeiro contra a MP 664. No destaque, mobilização em Brasília no Congresso Nacional, com a participação de Murilo Pinheiro, presidente do SEESP e da CNTU.

**A Confederação Nacional dos Trabalhadores Liberais Universitários Regulamentados ingressou com ação junto ao Supremo Tribunal Federal questionando a constitucionalidade da Medida Provisória 664, que restringe o acesso à pensão previdenciária. Entidade participou ainda de mobilização no Congresso Nacional em 10 de fevereiro e apoiou a manifestação realizada em todo o País em 28 de janeiro último.**

**Página 5**



# Em defesa DO TRABALHO E DO DESENVOLVIMENTO

A CONFEDERAÇÃO NACIONAL dos Trabalhadores Liberais Universitários Regulamentados (CNTU) entrou em 9 de fevereiro com uma Ação Direta de Inconstitucionalidade (Adin) junto ao Supremo Tribunal Federal (STF) contra a Medida Provisória 664, que restringe o direito à pensão previdenciária. No dia seguinte, a entidade esteve representada na mobilização no Congresso Nacional contra o dispositivo (*leia reportagem na página 5*). Editada em dezembro último, juntamente com a MP 665, a medida altera as Leis 8.213/1991, 10.876/2004, 8.112/1990 e 10.666/2003, trazendo claros prejuízos à parcela mais pobre da população. Ninguém contesta a necessidade de se organizar a economia do País e ter controle sobre as contas públicas. No entanto, será um erro se a fatura for entregue a quem pode menos, enquanto são poupados o rentismo e os mais ricos.

**Eng. Murilo Celso de Campos Pinheiro**  
*Presidente*

Além da flagrante injustiça, a forma adotada pelo governo é claramente inconstitucional, como demonstra a Adin impetrada pela nossa confederação. O problema é identificado já na natureza da medida provisória, instrumento que pode ser adotado pelo Poder Executivo para atender a situações emergenciais, que não possam aguardar os procedimentos legislativos ordinários, o que certamente não é o caso em pauta. Na peça enviada ao Supremo, fica claro que o governo introduz inúmeras alterações na legislação relativa ao Regime Geral da Previdência Social, “fazendo

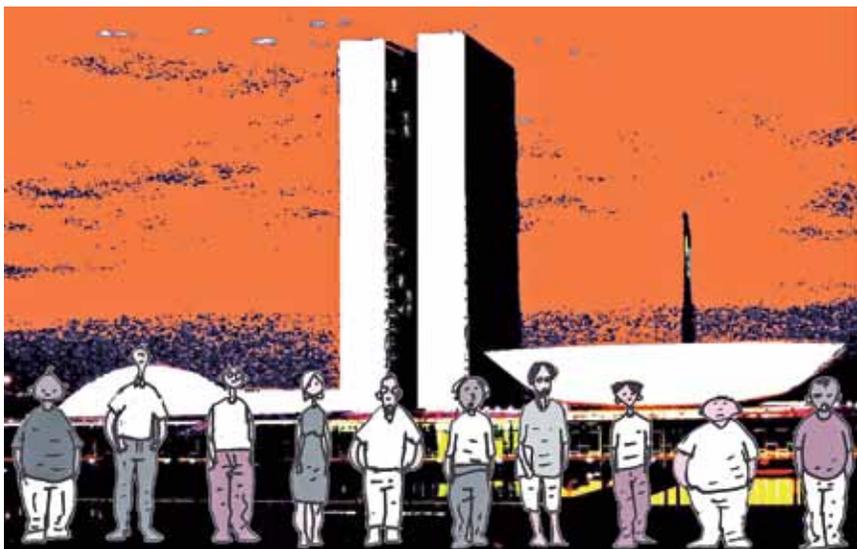
crer, além da afronta direta aos princípios e direitos constitucionalmente assegurados aos cidadãos brasileiros, ser a sua intenção suprimir do amplo debate público com a sociedade brasileira e seus representantes um conjunto de medidas que tem o nítido propósito de sacrificar os direitos sociais (...)”. Ou seja, além de se prejudicar o trabalhador, impede-se a discussão necessária sobre o tema.

A MP traz ainda inconstitucionalidade formal, pois, conforme o art. 246 da Carta Magna, “é vedada a adoção de medida provisória na regulamentação de artigo da Constituição cuja redação tenha sido alterada por meio de emenda promulgada a partir de 1995”. Além disso, a MP 664 viola frontalmente diversos preceitos constitucionais, entre eles os artigos 5º, 6º, 40, 154, 195 e 226. Ou seja, a saída encontrada para enxugar gastos que poderiam ser economizados, por exemplo, com a redução da taxa de juros tem equívocos diversos. A CNTU, juntamente com o engajamento às ações do movimento sindicais medidas, decidiu acionar o STF por entender que a MP 664 afeta diretamente os profissionais liberais, na condição de

*MPs que reduzem benefícios sociais são injustas e inconstitucionais.*

*Pior, sinalizam caminho equivocado ao enfrentamento da crise. É preciso preservar direitos e empregos.*

segurados obrigatórios da Previdência Social, estejam atuando na iniciativa privada ou no setor público. Porém, para além da defesa das categorias que representa, a confederação, assim como o SEESP, propõe uma pauta de enfrentamento da crise que valorize o trabalho e incentive a produção e o crescimento. Optar pelo corte de direitos e pela recessão econômica trará como consequência nefasta inevitável o desemprego e a piora das condições de vida da população. Ainda que tenhamos que conviver com níveis de expansão do Produto Interno Bruto (PIB) inferiores aos desejáveis, é preciso que seja mantida a meta do desenvolvimento. Só assim superaremos as dificuldades sem criar tragédias sociais.



**JORNAL DO ENGENHEIRO** — *Publicação quinzenal do Sindicato dos Engenheiros no Estado de São Paulo*

Diretora responsável: Maria Célia Ribeiro Sapucahy. Conselho Editorial: Murilo Celso de Campos Pinheiro, João Carlos Gonçalves Bibbo, Celso Atienza, João Paulo Dutra, Henrique Monteiro Alves, Marcos Wanderley Ferreira, Carlos Alberto Guimarães Garcez, Fernando Palmezan Neto, Antonio Roberto Martins, Edilson Reis, Esdras Magalhães dos Santos Filho, Flávio José Albergaria de Oliveira Brizida, Álvaro Luiz Dias de Oliveira, Aristides Galvão, Celso Rodrigues, Cid Barbosa Lima Junior, Fabiane B. Ferraz, João Guilherme Vargas Netto, Luiz Fernando Napoleone, Newton Güenaga Filho, Osvaldo Passadore Junior Renato Becker e Rubens Lansac Patrão Filho. Colaboração: Delegacias Sindicais. Editora: Rita Casaro. Editora assistente: Soraya Misleh. Repórteres e revisoras: Rita Casaro, Soraya Misleh, Lourdes Silva, Rosângela Ribeiro Gil e Deborah Moreira. Projeto gráfico: Maringoni. Diagramadores: Eiel Almeida e Francisco Fábio de Souza. Apoio à redação: Jéssica Silva e Monique Alves. Sede: Rua Genebra, 25, Bela Vista – São Paulo – SP – CEP 01316-901 – Telefone: (11) 3113-2650 – Fax: (11) 3106-8829. E-mail: imprensa@seesp.org.br. Site: www.seesp.org.br. Delegacias sindicais: confira no link <http://goo.gl/yFwIR5>. Tiragem: 31.000 exemplares. Fotolito e impressão: Folha Gráfica. Edição: 16 a 28 de de fevereiro de 2015. Artigos assinados são de responsabilidade dos autores, não refletindo a opinião do SEESP.

FEILADO A  
**ANATEC**  
PUBLICAÇÕES ESPECIALIZADAS



# Os desafios dos próximos anos para a engenharia brasileira

Renato Becker

HÁ ESPAÇO FÍSICO para todos? Qual o limite? E a energia, teremos apagão? Não temos rios e fontes de água em abundância? Mas temos seca! A quantidade de água no planeta é constante, mas sofre alterações de estado físico, de localização e, principalmente, de qualidade. Precisamos ter o controle sobre essas e outras questões.

Estamos vivendo problemas sérios de infraestrutura, em especial de mobilidade (nas regiões metropolitanas), de abastecimento de água e de energia, que se agravaram nos últimos 12 meses. Encontrar a solução é um grande desafio aos governantes e ainda maior para os engenheiros que trabalham nessas áreas. Somem-se às dificuldades orçamentárias e técnicas a de decisões políticas muitas vezes sem considerar as melhores saídas apontadas pela engenharia.

Não são decisões simplistas, às vezes simpáticas à população, que vão solucionar os problemas, mas apenas disfarçá-los. Não basta pintar novas faixas nas ruas, criar *slots* de tempo para o tráfego (que tal o semáforo virtual?), definir tarifas públicas artificialmente, sem levar em conta estudos técnicos de engenharia e os investimentos necessários (sem o quê, não se obtém desenvolvimento).

Também não se deve ter receio de colocar em pauta e discutir realisticamente e sem

paixões alguns “tabus”, como os entraves relacionados ao meio ambiente, formas de geração de energia (solar, nuclear), agricultura (setor que mais consome água – e muito exporta), indústria (o segundo em consumo de água e o que mais consome energia). Também não vamos nos iludir com propostas que não contemplem os respectivos orçamentos necessários à sua execução.

É fundamental ainda ter planejamento de Estado (e não de governo) bem definido para curto, médio e longo prazo, sempre realimentado e atualizado com a evolução das informações e da tecnologia. Esse é um grande desafio a nossa engenharia, pois os problemas atuais são de urgente solução, agravados pelas condições ambientais adversas e pelo longo período sem planejamento e ações. Some-se a isso o escasso quadro de engenheiros existente nas empresas de infraestrutura devido ao seu esvaziamento e às políticas de baixos salários e de terceirização.

Será preciso a contratação de muitos engenheiros para trabalhar no saneamento dessa situação delicada.

Cabe aos gestores públicos designarem técnicos para as funções específicas que necessitam conhecimento da área em que atuarão, seja nas empresas, nos institutos, nas secretarias.

E cabe a nós, engenheiros, o estudo de soluções, de viabilidade técnica e econômica, a apresentação das possibilidades e a sua execução, com inovação, qualidade, urgência e o sucesso requeridos pela conjuntura atual. Engenheiros, cabeça pensante e mãos à obra!

Renato Becker é diretor do SEESP



**Qual o horizonte que sua empresa quer alcançar?**

**Divulgue seu produto ou serviço aos engenheiros do Estado de São Paulo.**

**Anuncie aqui!**

**(11) 99173-0651**

**(11) 3284-9880**

Sua ART pode beneficiar o Sindicato dos Engenheiros. Ao preencher o formulário da ART, não esqueça de anotar o código 068 no campo “entidade de classe”. Com isso, você destina 16% do valor para o SEESP. Fique atento: o campo não pode estar previamente preenchido.



**BRASIL SEM FOCINHEIRA**





# Encontro *debate o futuro* do Fórum Social Mundial

Deborah Moreira

QUAL IMPORTÂNCIA tem hoje para o Brasil o Fórum Social Mundial (FSM)? E para os demais países? Para tentar responder a essas e outras questões, organizações brasileiras e internacionais promoveram o “Seminário FSM Rumo a Túnis”, em Salvador (BA), entre 22 e 24 de janeiro último.

O encontro, que reuniu 235 participantes de 130 organizações e teve mais 400 acompanhando-o *online*, foi preparatório ao FSM, que ocorrerá de 24 a 28 de março, na capital tunisiana. Membro do Conselho Internacional (CI) do fórum, Damien Hazard, da Associação Brasileira de Organizações Não Governamentais (Abong) e da Vida Brasil, destacou: “O Brasil está bem representado. Há tanto organizações mais conhecidas, como centrais sindicais e movimento negro, quanto outras recém-criadas, de base, do interior do País, de pessoas com deficiência, de povos tradicionais e mais urbanas, como o MPL (*Movimento Passe Livre*).”

Esta será a segunda vez que a Tunísia sediará o FSM. Em 2013, fazer um fórum naquele país era algo natural após os protestos ocorridos desde dezembro de 2010, que deflagraram a chamada Primavera Árabe, o que na prática significou a derrubada de governos ditatoriais como o tunisiano e o egípcio, num primeiro momento. Agora, os organizadores avaliam que a realização do evento no mesmo local é estratégica. Nos últimos quatro anos, apesar de alguns avanços políticos, a situação econômica piorou muito na

África, que sente os impactos negativos da crise na Europa. “O Mar Mediterrâneo se tornou um cemitério. Milhares morrem tentando atravessar para a Europa. O fórum é um espaço vital para os movimentos sociais, para a promoção dos direitos econômicos, ambientais, para encontrar alternativas ao neoliberalismo”, afirmou Hamouda Soubhi, diretor executivo da Rede Marroquina das ONGs Europeias e Mediterrâneas e cofundador no Marrocos do Fórum das Alternativas do Sul, que integrou uma das mesas.

“Esse é o espaço que temos para refletir uma estratégia mundial (contra o capital)”, diz cientista político Gustave Massiah.

Na sua ótica, só a unidade de ação poderá levar a novos avanços. Ele frisou a importância de fortalecer as lutas da região, como a pela libertação da Palestina e independência do povo saarawi e convocou: “Venham a Túnis para trabalhar conosco em nossas aspirações.”

O antropólogo Alaa Talbi, membro do Fórum Tunisiano de Direitos Econômicos e Sociais e um dos organizadores do comitê local do FSM Tunísia, falou da importância dos sindicatos. Em entrevista ao **Jornal do Engenheiro**, ele contou um pouco sobre seu papel na Primavera Árabe: “As centrais sindicais do país têm muita força e apoiaram realmente a revolução dos jovens. Desempenharam ainda um papel fundamental na transição política, de democratização do país.”

Em janeiro de 2014, a Tunísia ganhou nova Constituição, mais progressista graças à mediação de integrantes de centrais e entidades da sociedade civil, que fazem parte do Comitê de Organização do FSM. O texto estabelece a liberdade de crença e consciência, institui a igualdade entre

homens e mulheres, assim como a paridade de representação nas assembleias políticas, a liberdade de expressão e de opinião e concede autonomia ao Poder Judiciário. Quatro membros dessas organizações locais integram o novo governo como ministros – duas mulheres e dois homens. Ao ser questionado sobre a baixa representatividade dos novos movimentos no seminário internacional em Salvador, o antropólogo reconheceu que não havia muitos jovens presencialmente, mas lembrou que muitos acompanhavam *online*. “Temos que dar-lhes espaço. Essa será uma das questões debatidas em Túnis, a construção de uma nova dinâmica entre esses jovens”, relatou. De acordo com Talbi, das mais de 1.700 organizações já inscritas, somente 3% são da América Latina e Brasil.

## Banalização

O economista, urbanista e cientista político francês Gustave Massiah, do Centro de Pesquisa e de Informação para o Desenvolvimento (Crid/França), apontou algumas reflexões, como a crise atribuída ao evento no Brasil que, para ele, é das organizações. “A diversidade é uma questão teórica”, enfatizou, lembrando que a dinâmica do evento não caminha em uma direção única, e isso torna difícil sua aceitação em alguns movimentos. “Eles (*os movimentos*) se sentem divididos pelo que chamam de banalização do Fórum Social Mundial. E em muitos países, como no Brasil, participaram da mudança política”, completou.

Massiah, que também é do CI, recordou alguns avanços nos últimos fóruns, quando se definiu uma proposta de transição. “Estão sendo construídos novos conceitos. E pela primeira vez são elaborados pelo conjunto dos movimentos sociais do mundo. Isso permite redefinir a questão da propriedade privada, do bem viver, dos serviços públicos”, destacou. Ao final, recordou a função do FSM: “É o espaço que temos para refletir uma estratégia mundial” em contraponto ao capital. Leia mais em <http://twixar.me/l7w>, <http://twixar.me/g7w>, <http://twixar.me/97w>, <http://twixar.me/T6g>, <http://twixar.me/57w>.



Deborah Moreira

Encontro em Salvador (BA) reuniu 235 participantes de 130 organizações.

# MOBILIZAÇÃO CONTRA MUDANÇA NOS BENEFÍCIOS SOCIAIS

Rosângela Ribeiro Gil

A CONFEDERAÇÃO Nacional dos Trabalhadores Liberais Universitários Regulamentados (CNTU), da qual os engenheiros fazem parte, entrou, no dia 9 de fevereiro, com uma Ação Direta de Inconstitucionalidade (Adin) contra a Medida Provisória 664 junto ao Supremo Tribunal Federal (STF). A MP, editada em dezembro último, altera as regras de concessão da pensão por morte, do auxílio-doença e da aposentadoria por invalidez.

“É lamentável que, na busca do ajuste fiscal, poupem-se o rentismo e os mais ricos, elevando-se a taxa de juros, e punam-se os trabalhadores, cortando benefícios sociais. Além da flagrante injustiça, a forma adotada pelo governo é claramente inconstitucional, como demonstra a Adin impetrada pela nossa confederação”, afirma o presidente da entidade e do SEESP, Murilo Celso de Campos Pinheiro.

A inconstitucionalidade baseia-se já na natureza da MP, que pode ser adotada pelo Poder Executivo para atender a situações emergenciais, que não possam aguardar os procedimentos legislativos ordinários, o que não é o caso em pauta. A Adin da CNTU observa que a MP 664 introduz inúmeras alterações na legislação relativa ao Regime Geral da Previdência Social, “fazendo crer, além da afronta direta aos princípios e direitos constitucionalmente assegurados aos cidadãos brasileiros, ser a sua intenção suprimir do amplo debate público com a sociedade brasileira e seus representantes um conjunto de medidas que tem o nítido propósito de sacrificar os direitos sociais (...)”.

No dia 28 de janeiro, as centrais sindicais realizaram, em várias capitais do País, manifestações contra as MPs 664 e 665 – essa última promove mudanças, entre ou-

tras, nas regras do seguro-desemprego e do abono salarial. A reivindicação é pela revogação imediata das medidas e a abertura de uma mesa nacional de negociação. O governo, em duas reuniões realizadas com lideranças sindicais, em 19 de janeiro e 3 de fevereiro, na Capital paulista, não aceitou retirar as duas matérias, mas abriu um canal de conversação. A questão também foi levada ao Congresso Nacional, no dia 10 último, quando dirigentes sindicais, inclusive o presidente do SEESP e da CNTU, mantiveram reuniões com os presidentes do Senado e da Câmara Federal, respectivamente, Renan Calheiros (PMDB-AL) e Eduardo Cunha (PMDB-RJ), além de contato com outros parlamentares. Na ocasião, foi informado que as matérias já receberam 741 emendas.

O presidente da Força Sindical, Miguel Torres, afirma que não serão admitidas

medidas que prejudiquem os trabalhadores. “Queremos discutir o que está errado e apresentar as nossas propostas para evitar que o Brasil entre numa recessão sem precedentes”, alertou. O secretário-geral da Central Única dos Trabalhadores (CUT), Sérgio Nobre, reforça a posição, taxando as iniciativas governamentais como perversas e equivocadas, e defende a adoção de políticas que estimulem a produção, o salário e a renda. “Temos potencial para crescer ainda mais, construindo estradas, ferrovias, portos, metrô, escolas, hospitais, fortalecendo políticas de inclusão e investindo em infraestrutura.”

Ricardo Patah, presidente da União Geral dos Trabalhadores (UGT), endossou a crítica, dizendo que as centrais sindicais têm propostas alternativas, como a taxação das grandes fortunas. “Queremos um governo que promova a inclusão e a justiça social”, apontou.

*Centrais defendem políticas que estimulem a produção e o salário. CNTU aciona Supremo contra a restrição à pensão previdenciária.*

## O que muda com as MPs 664 e 665

ABONO SALARIAL	
Como era	Como fica
Pagamento de um salário mínimo para a pessoa que trabalhou 30 dias ou mais no ano e que tenha recebido até dois salários mínimos.	O benefício passa a ser pago a quem trabalhou ao menos seis meses no ano. Além disso, o valor passa a ser proporcional ao tempo; só receberá um salário mínimo quem trabalhar os 12 meses do ano.
SEGURO-DESEMPREGO	
Como era	Como fica
Carência de seis meses de trabalho.	1º acesso: 18 meses de trabalho nos últimos 24 meses anteriores à dispensa; 2º acesso: 12 meses de trabalho nos últimos 16 meses anteriores à dispensa; e seis meses a partir do terceiro acesso.
AUXÍLIO-DOENÇA	
Como era	Como fica
Pago depois de 15 dias de licença médica.	O auxílio passa a ser pago apenas após 30 dias de afastamento.
Média dos 80% maiores salários recebidos pelo trabalhador.	O valor pago passa a ter o teto igual à média dos últimos 12 salários.
Perícia realizada exclusivamente pelo INSS.	A perícia médica poderá ser realizada por meio de convênios do INSS com empresas privadas ou com outros órgãos e entidades públicas.
PENSÃO POR MORTE	
Como era	Como fica
Não havia prazo mínimo de casamento.	Falecido deve ter 24 meses de contribuição previdenciária; será exigido tempo mínimo de casamento ou união estável de 24 meses. Valor do benefício varia de acordo com o número de dependentes; prazo de pagamento varia de acordo com a idade.

Fonte: Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese)



# De 2003 para cá, cresce emprego para engenheiros

Soraya Misleh

APÓS DEZ ANOS de estagnação e declínio, o volume de postos de trabalho formal voltou a crescer no Estado e no País, sobretudo a partir de 2003. A engenharia, profissão do desenvolvimento por excelência, foi especialmente favorecida por uma conjuntura mais favorável. É o que aponta estudo intitulado “Perfil ocupacional dos profissionais de engenharia no Estado de São Paulo”.

A pesquisa encomendada ao Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese) pelo SEESP foi lançada no dia 11 de dezembro – Dia do Engenheiro – durante celebração à data promovida por esse sindicato. Com recorte temporal de 2003 a 2013, demonstra, conforme salientou no ensejo o presidente da entidade, Murilo Celso de Campos Pinheiro, “a expansão de 80% do mercado de trabalho formal do engenheiro no Estado”. O resultado é expressivo, já que São Paulo reúne, como informa a economista do Dieese, Ana Clara Bellan, um terço dos engenheiros brasileiros. “Os centros de formação e tecnológicos, bem como as empresas ainda se concentram na região Sudeste, em especial neste Estado.” Segundo ela, regionalmente, “a distribuição da engenharia manteve-se absolutamente igual ao período anterior, de 1995 a 2005. O que pode ser destacado é uma pequena migração para o interior e litoral, como Baixada Santista, com a questão do petróleo. Na Região Metropolitana de São Paulo, estavam 70% do emprego e agora, 60%”, como consequência da fixação de empresas em outras localidades.

Entre 1995 e 2005, período do estudo anterior, como informa Bellan, foram 8 mil postos de trabalho a esses profissionais no Estado; já no último período analisado, 40 mil. “O pessoal formado na metade da década de 1990 desistia da carreira e ia para o setor financeiro ou montar um negócio próprio. Os meninos

formados em 2003-2004, por sua vez, pegaram esse processo crescente, então havia demanda ao final da faculdade. Conversei com alguns jovens de 30, 35 anos que disseram: ‘a gente é procurado pelo mercado e tem até uma disputa pelas melhores formações. Teve muito investimento público, mas também privado nas áreas petrolífera, química-farmacêutica, de telecomunicações, cujas empresas têm maior porte e remuneraram melhor seus funcionários. Aí que se deu a expansão.’”

Bellan destaca que se percebe tal ascensão nitidamente a partir de 2005-2006. “Com o crescimento da economia, investimentos em infraestrutura, pesquisa e tecnologia, a construção civil sendo alavanca importante ao desenvolvimento, a incorporação dos engenheiros foi maior até do que o emprego total gerado no País e no Estado.” Na sua concepção, “implica que eles têm um papel importante para dinamizar a economia”. Assim, observa: “Mesmo no período de uma recessãozinha em 2009, o emprego dos engenheiros se manteve, cresceu até.”

## Mais mulheres no mercado

Baseando-se em dados da Relação Anual de Informações Sociais (Rais) do Ministério do Trabalho e Emprego, como explica Bellan, a análise foi produzida em dois meses. Além de indicar elevação geral nos postos de trabalho para a categoria, apontou maior participação feminina na área que tradicionalmente tem predominância masculina (veja quadro). Em 1995, no Estado, as mulheres perfaziam 11%; no último período, saltaram para quase 20%. “O crescimento foi de 128%, superando em termos relativos o dos homens (72%).” Das 40 mil ocupações, 10 mil foram de mulheres. “Eles são ainda maioria, mas o processo de entrada da mulher nesse mercado já vinha desde 1995 e permanece.” A economista reconhece que em algumas áreas, elas ainda são poucas; representam menos de 10%, “mas na engenharia mecânica, elétrica, já estão com papel importante”. Ela pondera: “Tem se ampliado o mercado de trabalho para as mulheres em áreas que antes não ocupavam, até mesmo na construção civil, mas ainda são progressos muito sutis, não há uma revolução.”



Ana Clara Bellan: “Com as obras da Copa, civis, portuárias, de transportes e telecomunicações houve um boom dessa área.”

Quanto ao rendimento, recebem na média 82% do salário pago aos homens, mas em algumas modalidades, como mecânica, praticamente a equivalência foi alcançada. Um resultado melhor do que a média das profissões universitárias (62%). Independentemente de gênero, a remuneração se elevou, com destaque para engenharia civil, de computação e mecatrônica.

A avaliação é, ainda de acordo com a economista, que essa década de 2000 teve uma sequência nesse sentido, mesmo numa época de baixa. “Com as obras da Copa, civis, portuárias, de transporte, telecomunicações”, constata Bellan, “houve um boom dessa área”. Já a partir de 2013, a velocidade do crescimento tem diminuído. “Não sabemos ainda se daqui em diante isso permanece ou se teremos um 2015 mais recessivo como foi em 2009, mas a ideia é que o pessoal empregado continue dando seguimento a esses projetos já iniciados”, acrescenta. E conclui: “Esperamos que este ano seja só um soluço. O movimento sindical e o Dieese estão trabalhando juntos sobre o que fazer para não se perder todo esse investimento feito, para que a demanda interna se estabilize e cresça.”

Confira o estudo do Dieese na íntegra em <http://www.seesp.org.br/site/images/PerfilOcupacional.pdf>.

Movimento sindical e Dieese estão trabalhando sobre “o que fazer” para que demanda se estabilize e expanda, diz economista.

## Variação do número de engenheiros por sexo

### Estado de São Paulo – 2003, 2005 e 2013

Gênero	2003		2005		2013		Variação 2003/2013	
	N	%	N	%	N	%	N	%
Masculino	43.483	84,7	48.086	84,6	74.603	80,7	31.120	71,6
Feminino	7.829	15,3	8.777	15,4	17.875	19,3	10.046	128,3
Total	51.312	100,0	56.863	100,0	92.478	100,0	41.166	80,2

Fonte: Rais – Ministério do Trabalho e Emprego. Elaboração: Dieese

# O engenheiro civil que as construtoras procuram

De olho no mercado



As grandes construtoras, segundo Fernando Thompson, gerente da Divisão de Construção Civil da Michael Page – empresa de recrutamento especializado, fundada na Inglaterra, em 1976, e presente em 36 países, entre eles o Brasil –, estão procurando engenheiros civis à fase de pré-obra, aquela voltada para a formulação do projeto e definição do orçamento e do planejamento. “É uma demanda recorrente, que

se mantém aquecida desde o ano passado, mas que já foi melhor, como no período de 2009 a 2011”, informa.

## Perfil requisitado

Esse mercado, orienta Thompson, primeiramente busca um profissional com bagagem sólida. “Ou seja, que tenha permanecido nas empresas no mínimo durante quatro anos.” Isso porque, explica, o ciclo de uma construção dificilmente termina antes de um ano; se o engenheiro saiu antes, não passou por todas as etapas da execução da obra. “O

empregador entende, nesse caso, que o profissional tem uma carreira instável, sem conhecimento consolidado na área.”

Em se tratando de coordenação e gerência, o engenheiro precisa ter capacidade de liderança, o que significa estabelecer uma relação de proximidade e transparência com seus subordinados e criar uma expectativa positiva de planejamento de carreira em termos de crescimento e valorização. Além disso, deve ser quase um amigo, tendo, inclusive, sensibilidade com relação à vida pessoal dos empregados.

Divulgação/Michael Page



“O mercado procura um profissional com bagagem sólida”, diz gerente da Michael Page.

## DICAS PARA ELABORAR UM *bom currículo*

O processo seletivo começa, de fato, na triagem de currículos, cujas finalidades básicas são relatar a evolução da sua carreira e gerar entrevistas. A observação é de Mariles Carvalho, psicóloga organizacional, *coach* e orientadora do setor de Oportunidades & Desenvolvimento Profissional do SEESP. “É nesse momento que o selecionador busca os melhores, analisando a formatação, conhecimentos acadêmicos, trajetória e carreira”, explica. Todavia, ela destaca que não basta ter uma experiência profissional impecável, é preciso saber apresentá-la de forma clara, objetiva e organizada. Assim, traz algumas dicas sobre como elaborar um currículo.

### Formatação

O que deve chamar a atenção é o conteúdo, não a formatação. Portanto, prefira um tipo de letra mais familiar e comum (*Times New Roman* ou *Arial*), tamanho 11 ou 12, formato justificado, sem marcadores, itálico, sublinhado, com negrito apenas nos tópicos. Quanto mais *clean*, melhor.

### Tamanho

Mantenha seu currículo com no máximo três páginas. Pense que toda informação constante deve servir a um objetivo, não fazer volume.

### Contatos

Mantenha seus dados atualizados. Telefones e *e-mails* precisam estar no currículo. Sugiro ter um *e-mail* pessoal e outro profissional, para melhor organização.

### Objetivo

Sempre escreva qual é o seu objetivo profissional, após os dados pessoais, descrevendo a área de interesse, pensando em um campo amplo (engenharia civil) ou específico (área de projetos).



### Português

Precisa ser impecável, sem erros de concordância, pontuação ou ortografia.

### Habilidades comportamentais

Não é necessário incluir suas qualidades. Características pessoais agregam muito mais valor quando são demonstradas na entrevista.

Em caso de dúvidas, entre em contato com a área de Oportunidades do sindicato, para análise de currículo e orientação sobre o tema, pessoalmente ou por *e-mail*. Contatos: Mariles Carvalho – (11) 3113-2666, emprego@seesp.org.br; Caique Cardoso – (11) 3113-2669, oportunidades2@seesp.org.br; e Natália Carolina – (11) 3113-2674, oportunidades@seesp.org.br.



## Qualificação

### SEESP oferece cursos em gestão de projetos

O Programa Engenheiro Empreendedor do SEESP está com inscrições abertas para o curso “Gestão de projetos”, destinado a estudantes de engenharia e profissionais dessa área, de arquitetura e de tecnologia recém-formados ou em fase de reciclagem de conhecimentos. Abordará, entre outros temas: análise, planejamento, tipos e modalidades de contratação de projetos; dimensionamento de equipes; gestão da qualidade; Normas ISO 9000; gerenciamento do tempo, do custo e da qualidade. Será realizado de 25 a 27 de fevereiro, das

18h30 às 22h30. Até o dia 19 próximo, o preço para sócio do sindicato é de R\$ 343,00; não filiados pagam R\$ 420,00; depois dessa data, os valores são, respectivamente, R\$ 385,00 e R\$ 470,00. Mais informações pelo telefone (11) 3113-2641 ou no *link* <http://goo.gl/bVvPsv>.

### Empresas preparadas crescem mesmo no caos

Esse é o tema de outro curso oferecido pelo Programa Engenheiro Empreendedor, também com inscrições abertas. O progra-

ma abordará, entre outros itens: descrição das funções do líder, obtenção de resultados com redução de custos, como fazer os colaboradores atingirem metas e combinar autoridade, poder e influência para implantar mudanças. Será no dia 26 de fevereiro, das 19h às 22h, na sede do SEESP (Rua Genebra, 25, Bela Vista, São Paulo/SP). Até o próximo dia 19, o preço para sócios é de R\$ 50,00 e não sócios, R\$ 60,00; após essa data, respectivamente, os valores são de R\$ 60,00 e R\$ 70,00. Mais informações em <http://goo.gl/NSjgCn>.



## Eficiência energética é tema de aula aberta no Isitec

Em 3 de fevereiro, o Instituto Superior de Inovação e Tecnologia (Isitec), mantido pelo SEESP, realizou em suas dependências, no bairro da Bela Vista, na Capital, aula aberta sobre eficiência energética. Na ocasião, foi apresentada a proposta de curso de pós-graduação *lato sensu* sobre o tema. Prevista para ter início em março, com 18 meses de duração, a especialização será oferecida pelo instituto em parceria com a Câmara de Comércio e Indústria Brasil-Alemanha.

Diretor de extensão do Isitec, Antonio Octaviano destacou: “Voltado às demandas do mercado, esse é um curso extremamente necessário, em qualquer época e mais ainda na atual, em que se verifica escassez de energia e preços disparando.” Tal cenário foi apresentado por Rodrigo Aguiar, presidente da Associação Brasileira das Empresas de Serviços de Conservação de Energia (Abesco). “Finalmente a eficiência energética começa a ser falada não só pela iniciativa priva-



Octaviano em aula aberta no instituto, no dia 3 de fevereiro.

da, mas pelo poder público.” Esse quadro, como frisou ele, indica mercado crescente e uma grande demanda por profissionais.

Daniely Andrade, diretora de meio ambiente, energias renováveis e eficiência energética da Câmara de Comércio e Indústria Brasil-Alemanha, explicou como funcionará o curso. “Terá a mesma base de conteúdo da especialização ministrada na Alemanha e em toda a União Europeia, com algumas adequações conforme a realidade local. As aulas serão presenciais, quinzenalmente, às sextas-feiras, das 19 às 23h, e aos

sábados, das 8h às 17h.” Ela enfatizou que o profissional, ao concluir o curso, obterá dupla certificação: *lato sensu* via Isitec e como *energy manager*, pela Alemanha, o que lhe permitirá atuar em toda a União Europeia. Também proferiram a aula aberta os ex-alunos da European Energy Manager (Eurem) Márcio Takata, docente e diretor da Enova Solar Tecnologia, e Rodrigo Andrade, representante de *marketing technical services* da Eastman Chemical Company. Mais informações pelos telefones (11) 3254-6850/60.

## Ministro recebe engenheiros em Brasília

O ministro da Ciência, Tecnologia e Inovação (C, T & I), Aldo Rebelo, recebeu em 5 de fevereiro os dirigentes da Federação Nacional dos Engenheiros (FNE), em Brasília. A audiência contou com uma comitiva de mais de 40 pessoas, entre presidentes dos sindicatos filiados a essa entidade, entre os quais o SEESP, e de Conselhos Regionais de Engenharia e Agronomia (Creas). “O objetivo é mostrar nosso apoio e disposição para parcerias com este Ministério extremamente importante ao crescimento do Brasil”, declarou o presidente da FNE, Murilo Pinheiro. Participou do encontro também o secretário de Desenvol-



Murilo Pinheiro em audiência com o ministro Aldo Rebelo, em Brasília.

vimento Tecnológico e Inovação, Armando Zeferino Milioni.

“Somos a sétima economia do mundo, mas no desempenho em inovação estamos atrás do 60º colocado”, apontou Rebelo no ensejo. Para o ministro, superar esse entrave é essencial ao incremento da indústria, hoje deficitária. Os diri-

gentes sindicais reforçaram a importância do tema para o desenvolvimento e colocaram em pauta também as dificuldades atuais nas áreas de recursos hídricos e energia.

Rebelo encerrou informando estar em estudo um programa de cooperação entre o Ministério e a FNE.

## Instituto assina convênio com Parque Tecnológico de Santos

Em 27 de janeiro último, o presidente do SEESP, Murilo Celso de Campos Pinheiro, o diretor de extensão do Instituto Superior de Inovação e Tecnologia (Isitec), Antonio Octaviano, e o diretor administrativo e financeiro da Fundação Parque Tecnológico de Santos (FPTS), Valdomiro Roman da Silva, celebraram convênio para uso das instalações de pesquisa e desenvolvimento e cooperação técnica. Pinheiro definiu a assinatura como um “momento histórico” e de extrema importância para a engenharia brasileira. A assinatura ocorreu na sede do instituto, na Capital paulista.

Silva destacou que o foco do Isitec na área de inovação é um

dos princípios dos parques tecnológicos, “por isso, saudamos com entusiasmo o engajamento do instituto ao nosso parque”. Ainda em fase inicial de estruturação, sob o conceito de “parque urbano”, esse abrange pelo menos dez bairros santistas. A ideia, segundo ele, é transformá-lo em metropolitano, o que significa incluir mais oito cidades da região. O parque tecnológico, resalta, terá o propósito de transformar a realidade local, em que muitos jovens ainda se dirigem a São Paulo em busca de trabalho, criando, no futuro, empregos com valor agregado na região. “Isso é gerado com inovação e tecnologia.”



Ato de assinatura do convênio entre o Isitec e a Fundação Parque Tecnológico.

## Aldo Rebelo proferirá aula inaugural no Isitec

O Instituto Superior de Inovação e Tecnologia (Isitec) abre suas portas no dia 23 de fevereiro à primeira turma de graduação em Engenharia de Inovação. A aula inaugural será proferida pelo ministro da Ciência, Tecnologia e Inovação, Aldo Rebelo.

Dos cerca de 300 que se inscreveram na primeira etapa do

processo seletivo, 26 foram selecionados. Todos terão 100% de bolsa para o curso que será em período integral, inicialmente de segunda a sexta-feira, mais ajuda de custo de R\$ 500,00 (mensal). Às vagas remanescentes, prova presencial estava marcada para dia 19. Mais informações pelo telefone (11) 3254-6868.

## Palestra em Taubaté

Em 26 de fevereiro, a partir das 19h, ocorrerá na sede da Delegacia Sindical do SEESP em Taubaté (Rua Venezuela, 271, bairro Jardim das Nações) palestra sobre “Sistema em argamassa industrializada”. O tema será ministrado pelo gerente de desenvolvimento técnico de mercado da Votorantim Cimentos, Marcus Coimbra Israel. Mais informações e inscrições pelo telefone (12) 3633-5411 e *e-mail* taubate@seesp.org.br.